Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

Hidropolítica no Tratado de Itaipu: a geopolítica do Brasil na renegociação de 2009

Paulo Inacio Junior
Mestrando
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - FFLCH
paulo.inacio@usp.br

Resumo

O conceito de hidro-hegemonia presume estratégias para manter privilégios no uso da água transfronteiriças por meio de relações de poder entre estados em uma mesma bacia hidrográfica. Nestas situações, os estados menos poderosos podem contestar a distribuição não equitativa das águas e de seus benefícios. O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, previu a divisão igualitária dos custos da construção e operação da usina e da energia produzida, o Paraguai não consome a sua parte da produção e é obrigado a vender o excedente ao Brasil. Em 2008, com a posse de Lugo e a demanda pela disponibilidade da venda livre da energia, houve a contestação da hidro-hegemonia. No entanto, sem sucesso nessas negociações. O artigo visa a analisar uma geopolítica brasileira que assegure o controle do recurso transfronteiriço, com o uso de diversos mecanismos de produção da subordinação paraguaia.

Palavras-chave: Itaipu, Águas transfronteriças, Hidro-hegemonia.

Abstract

The concept of hydro-hegemony presumed strategies to maintain privileges in the use of transboundary water through power relations between states in the same basin. In these situations, the less powerful states can challenge the inequitable distribution of water and its benefits. The Itaipu Treaty signed in 1973, provides for equal division of construction and operating costs of the plant and the energy produced, Paraguay does not consume their share of production and is obliged to sell the surplus to Brazil. In 2008, with the inauguration of Lugo and the demand for the availability of free sale of energy, there was the challenge of hydro-hegemony. However, without success in these negotiations. The article aims to analyze a Brazilian geopolitics to ensure the control of transboundary resource, using various mechanisms of production of the paraguayan subordination.
Keywords: Itaipu, transboundary waters, Hydro-hegemony.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Apresentação

Desde a metade do século XX têm-se intensificado as discussões em várias escalas sobre o uso e conservação do meio ambiente entre os estados. O geógrafo Wagner Ribeiro (2001), identifica o surgimento nas relações internacionais de agendas, ele as denomina por Ordem Ambiental Internacional, que têm o objetivo de "evitar que as condições de habitabilidade humana sejam perdidas e/ou regular as relações hegemônicas do capitalismo internacional" (p.1). Esta constatação, no entanto, não impede que o autor argumente que os estados ajam com bases no princípio de soberania e que busquem a consolidação dos interesses nacionais, nos quais os freios morais do discurso ambiental aparecem, muitas vezes, como retórica.

Nas relações sobre as águas transfronteiriças, a dimensão espacial da bacia hidrográfica e a posição geográfica dos estados inserem uma relação particular, em que existe uma assimetria particular, como veremos. Ainda assim, pode-se observar o mesmo comportamento que os da Ordem Ambiental Internacional, na qual os estados priorizam seus interesses.

Os estados latino-americanos, majoritariamente, ex-colônias portuguesas e espanholas, historicamente, buscam como primeiro e principal objetivo político a chamada superação da condição de subdesenvolvimento. Isso significa que a busca pelo desenvolvimento é uma das bases da política dos estados e, principalmente, da política externa nessa região do globo.

Os estados da América Latina dispõem de abundância de recursos naturais, e eles são usados para produzir riqueza. A água como recurso estratégico se insere nessa transformação da natureza em riqueza. A realização dessa transformação ocorre necessariamente por meio do controle do recurso e pelo seu uso.

O Tratado de Itaipu regula o uso da água transfronteiriça, ele determina que a produção de energia elétrica seja dividida pelos dois estados e prevê que caso a produção não seja de fato utilizada por uma das partes, ela deve ser obrigatoriamente vendida ao outro estado sócio no empreendimento. Além disso, o Tratado prevê sua revisão no ano de 2023, o que intensifica as relações.

Ocorreu que em 2008-2009, o Paraguai sob o governo de Fernando Lugo, passou a reivindicar a livre disponibilidade de venda da energia de Itaipu, visando a obter maiores somas de dinheiro com a empresa para, em última instância, reverter esses benefícios em políticas sociais.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Este artigo visa a demonstrar um dado controle das águas transfronteiriças pelo Brasil, em uma estratégia geopolítica que, por um lado assegura a segurança energética e por outro o a contestação do projeto de integração regional, evidenciando que a cooperação proposta converge em benefícios maiores ao estado mais poderoso, para tal, o artigo apresenta a teoria da hidro-hegemonia, que é marcadamente uma teoria aplicada à hidropolítica, ou seja, refere-se às relações políticas de controle e uso da água.

Águas transfronteiriças na Bacia do Prata

Os usos das águas transfronteiriças obedecem a uma dada posição geografia dos estados em relação a bacia. Estados posicionados á montante, controlam a captação da água, como por exemplo, para irrigação agrícola e despejo de dejetos, sem que sofra impactos. Por outro lado, estados à jusante são impactados pelos usos à montante, mas podem controlar a foz do rio o que permite a navegabilidade sem entraves de ordem da jurisdição territorial.

O Quadro 1, demonstra alguns dos impactos ambientais de usos da água em função da posição dos estados.

ISBN: 978-85-7205-159-0

PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS EM SISTEMAS HIDROGRÁFICOS			
Atividade	**Impacto Potencial**	**1**	**2**
Uso público	Diminuição do volume, devido a bombeamentos intensivos para abastecimento público		X
	Contaminação/poluição, devido a descargas de esgotos domésticos e resíduos sólidos		X
Uso industrial	Diminuição do volume, devido a bombeamentos intensivos para suprimento de demandas industrias		X
	Poluição/contaminação, devido a descargas de efluxos e resíduos sólidos		X
Uso agrícola	Diminuição do volume, devido a bombeamentos intensivos para irrigação		X
	Poluição/contaminação, devido a utilização de agrotóxicos		X
Uso navegacional	Poluição difusa, devido ao tráfego de embarcações		X
	Contaminação/poluição, devido a acidentes envolvendo de vazamento de cargas		X
	Alteração na velocidade e volume, devido a obras hidráulicas necessárias para funcionamento de uma hidrovia		X
Uso energético	Alteração do regime de vazão, devido a construção de barragens		X
	Influência na migração dos peixes, devido a construção de barragens	X	X
	Alterações na fauna, devido alteração na migração de peixes	X	X
	Perda de água, devido ao aumento da evaporação nas represas	X	X
	Inundação de águas agricultáveis	X	
1= à montante 2=à jusante			

Quadro 1 Elaborado por Santos (2004)

Esta conformação geográfica denota já a relação assimétrica que os estados ribeirinho têm, pois, a medida em que atividades não acarretam custos à montante, elas interferem na qualidade e disponibilidade hídrica aos outros estados.

Na Bacia do Prata, essa assimetria aparece desde muito tempo, e dela gerou algumas políticas que visavam alterar a possibilidade de uso das águas. Moniz Bandeira (2010) nota ainda a presença intensa de frota de embarcações argentinas nos rios da Bacia do Prata escoando as produções nos estados mediterrâneos do continente para seu porto sendo a principal saída para o Atlântico. Este seria um dos principais meios de projeção da Argentina no continente sul-americano em meados do século XIX e primeiras décadas do século XX. Por outro lado, o Brasil buscaria alguma forma de conter a Argentina.

ISBN: 978-85-7205-159-0

No campo do pensamento geopolítico brasileiro do início do século XX, notoriamente um campo no Brasil que se desenvolveu primeiro no ambiente militar, o Paraguai estaria na condição de estado-tampão, ao qual a função seria amenizar os choques entre as duas potenciais territoriais da América do Sul, Argentina e Brasil. Esta condição, compartilhada com geopolíticos militares da Argentina, constituía-o em espaço para a extensão da influência argentina no continente. O capitão Mario Travassos, em obra seminal "Projeção Continental do Brasil", percebeu a presença de vias de comunicação argentinas nos territórios de Paraguai e Bolívia, o que, segundo o autor, resultaria que Buenos Aires era um polo de atração para todo o continente.

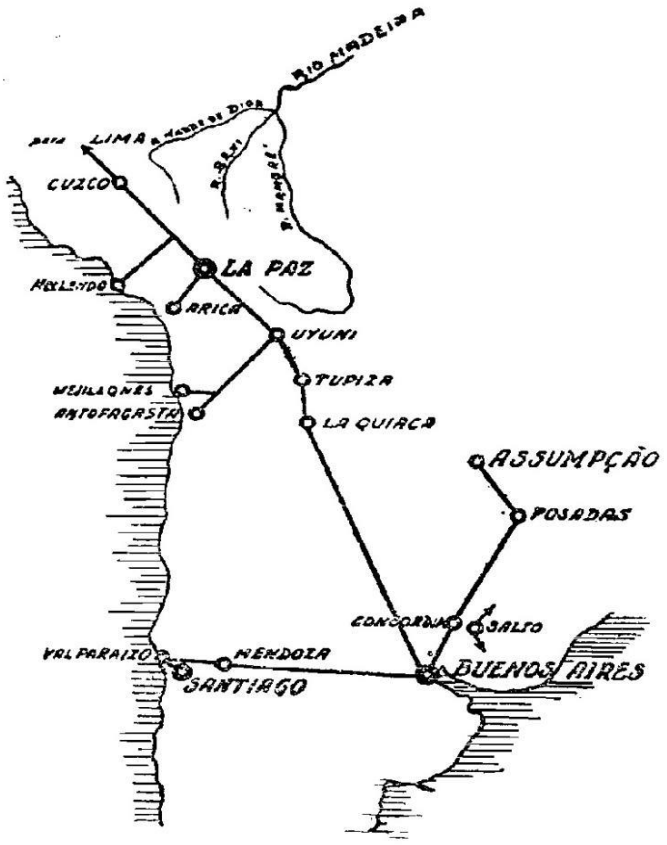

Figura 1: A projeção ferroviária argentina. Fonte: Travassos (1935)

Nesse sentido, um dos embates entre Argentina e Brasil seria pela acomodação desses estados-tampão na sua órbita de influência, e isso se daria pela presença que essas potencias regionais teriam na

ISBN: 978-85-7205-159-0

Bacia do Prata (MELLO, 1997). Naturalmente, o Paraguai tratou-se de tirar vantagem dessa situação e operava uma política pendular, ora correspondia à Argentina, ora ao Brasil. O Paraguai construiria duas hidrelétricas binacionais, uma com cada vizinho interessado.

Hidropolítica e Hidro-hegemonia

Para que um Estado possa exercer sua soberania sobre recursos naturais é imprescindível que estes estejam alocados no interior de seu território, nisto os limites dos territórios tem relevante potencialidade de laboratório de interações políticas.

A fronteira, ainda que tenha a função de demarcadora de limites das soberanias, de tempos e de espaços políticos (FOUCHER, 2009), elas não separam a unidade geográfica que é a bacia hidrográfica. Desse modo, como já evidenciado não Quadro 1, existe uma indissociabilidade dos impactos das atividades estatais, ainda que não sejam igualmente impactados.

Além disso, a criação de entidades binacionais para o aproveitamento das águas transfronteiriças colocam uma outra relação, que é a de interdependência complexa na qual podem ser geradas vulnerabilidades.

Isso posto, a teoria da hidro-hegemonia procura demonstrar como as assimetrias de poder são postas na hidropolítica, em função do maior aproveitamento da água. Para isso, ela se vale do conceito de hegemonia gramsciano, no qual, ela é posta sem o uso da força, e alcança uma dimensão bastante ampla dentro do *soft-power*, com a produção da subordinação por meio da informação, como uma ferramenta de construção do conhecimento (ZEITOUN, 2008). Portanto, nas relações hidro-hegemônicas não se pode afirmar que o poder material seja o único responsável pela configuração do poder nas águas transfronteiriças dada os arranjos de estratégias de poder dos *weak states* (ZEITOUN e WARNER, 2010). A hidro-hegemonia não se consolida apenas com instrumentos de coerção[1], isto confere ao conceito certo distanciamento da tradição realista pautada guerra como instrumento de resolução de conflitos.

[1]Segundo os autores coerção refere-se ao uso da política da força para atingir determinado objetivo, que caracteriza uma relação de dominação enquanto que hegemonia trata do controle sobre a água transfronteiriça pelo ator mais poderoso (Zeitoun e Warner, 2006; Cascão e Zeitoun, 2010)

ISBN: 978-85-7205-159-0

Devido às modificações causadas ao recurso hídrico causadas por conflitos armados, surgem outras estratégias e táticas de poder nas águas transfronteiriças (Ribeiro et. al. 2013). Quanto a chamada guerra pela água os autores esclarecem:

> A guerra pela água se expressa por meio de pressões políticas que envolvem também a mobilização militar, mas que muitas vezes não chega a ser necessária, em especial quando existe assimetria entre as forças militares dos países envolvidos na disputa pelo uso da água (Ribeiro et al. 2013, p. 81).

Segundo CASCÃO e ZEITOUN (2010), os Estados usam duas formas de poder para consolidar ou contestar o controle das águas transfronteiriças. O poder geográfico e o poder material são poderes "evidentes", já o poder de barganha e o poder "ideacional" são poderes "não-evidentes". No âmbito dos poderes evidentes, o poder geográfico constitui na posição territorial do Estado no fluxo das águas, o Estado a montante detém o privilégio da localização que por um lado possibilita o uso da água sem interferências externas na qualidade e na quantidade do recurso e, por outro lado, pode fazer uso da política da força por meio de diversas estratégias que afetem os Estados a jusante, o poder geográfico assim descrito é o campo de poder estrito aos casos das águas transfronteriças; o poder material é o campo de poder mais desenvolvido nas teorias das relações internacionais, baseia-se no poder militar, tecnológico, econômico e no apoio internacional e financeiro, tradicionalmente é este campo de poder que inviabiliza o diálogo com as demandas dos Estados ribeirinhos. Já a forma de poder "não-evidente" abarca o poder de barganha que se refere a capacidade dos atores de influenciar a agenda da bacia, influenciar os termos das negociações e os acordos, esta capacidade pode incluir outros tipos de questões não relacionadas à bacia transfronteiriça; e por último o poder "ideacional" que se refere ao poder sobre as ideias, se fundamenta sobre a capacidade de impor e legitimar ideias e discursos sobre a água, controlando as percepções internas e externas sobre seu controle.

Os quatro campos de poder são os pilares em que a hidrohegemonia se apoia. Os poderes do tipo "não-evidente" estão mais relacionados entre si de maneira que para o poder de barganha ser efetivo deve existir o suporte da legitimidade das demandas do Estado mais fraco, e esta se constrói com o poder ideacional. Segundo os autores, todos os campos de poder são utilizados pela consolidação do controle na bacia, expressos nos estudos das bacias do norte da África e no Oriente Médio por meio da constatação de

ISBN: 978-85-7205-159-0

que "more hidden 'covert' forms of power were much more prevalent in transboundary water contexts" (CASCÃO e ZEITOUN, 2010, p. 31).

Setor elétrico brasileiro

No caso do Brasil isso é expresso na ideia de aproveitamento das possibilidades do vasto território rico em recursos. Obras no setor energético impulsionaram a atração de capitais estrangeiros e fazem parte do plano estratégico dos governos planejadores do território.

As políticas de estado para produção de energia elétrica, visaram o aproveitamento das condições de abundância de disponibilidade hídrica no território e o baixo custo econômico das obras e operação. As principais obras de infraestruturas energéticas no Brasil fazem parte dos projetos de desenvolvimento planejados pelo estado.

As primeiras discussões sobre aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná remetem à ditadura de Getúlio Vargas, já as grandes hidrelétricas na bacia do Amazonas aparecem nos PNDs da ditadura militar. As construções na bacia do Amazonas não se concretizaram muito devido à dívida externa brasileira na década de 1980 que interrompeu financiamento e desestabilizou a economia em diversos países latinos. Na década de 1990, a resposta para isso foi a assimilação da doutrina econômica neoliberal. Ela deslocou o planejamento do estado para a iniciativa privada, que no setor elétrico permitiu investimentos de capital privado de maneira mais intensiva, a medida visava expandir a oferta de energia com baixos custos à economia do estado. Entretanto, em 2001, o país viveu um momento agudo de crise de abastecimento e os usuários tiveram de diminuir o consumo compulsoriamente.

Nos governos Lula, a energia elétrica voltou a ser objeto de investimentos para assegurar o "a aceleração do desenvolvimento". Das prioridades da principal política de obras de infraestrutura, o PAC, o setor que mais recebeu investimentos em todas as regiões foi o energético, com destaque para as hidrelétricas. Lima e Neto (2015), encontraram continuidades entre os planos de desenvolvimento de JK, o Plano de Metas, os PNDs da ditadura militar e o PAC, dos governos Lula. Segundo os autores, os momentos se combinam por um planejamento fundamentado no território, na integração nacional e com o discurso de desenvolvimento econômico.

ISBN: 978-85-7205-159-0

O crescimento do potencial de produção instalado no Brasil, demonstrado na Tabela 1, é insuficiente para o modelo de desenvolvimento ambicionado. O Plano Nacional de Energia visa a ter entre 210.000 e 250.000 MW instalados até 2030, intensificando o aproveitamento a abundância de água.

Ano	Potencial hidroelétrico (MW) 1 milão
1960	4.770
1961	5.205
1974	17.600
1977	19.000
1979*	28.000
2010	87.700

**Previsão de aumento do potencial*

Tabela 1 Potência hidroelétrica instalada, em Megawatts..Fonte: LIMA e NETO, 2015.

É neste cenário de retomada do planejamento estatal de políticas energéticas, porém baseadas em parcerias público-privadas, e de priorização de projetos hidrelétricos na agenda de desenvolvimento que ocorrem as negociações sobre o Tratado de Itaipu, proposto pelo então presidente paraguaio Fernando Lugo.

Negociação de Itaipu em 2008-2009

A Itaipu é a maior hidrelétrica do mundo em geração de energia e seu Tratado reconhece a dupla soberania sobre as águas que movem as 20 turbinas geradoras instaladas. Ele determina que os gastos na construção e operação da usina sejam repartidos entre Brasil e Paraguai, além disso a própria energia produzida deve ser dividida em partes iguais. Ocorre que as condições socioeconômicas no Paraguai são mais graves para a população pobre, ao qual como política de desenvolvimento pós-Stroessner, a usina de Itaipu começou a figurar na alta política paraguaia como um elemento que proporcionaria menos vantagens sociais do que seria desejável. Paraguai pressionara o Brasil com relação à Itaipu e tornou o

ISBN: 978-85-7205-159-0

problema das desvantagens na produção hidrelétrica um problema percebido pela população[2], que seria necessária para a superação dos problemas sociais do país melhores condições obtidas com a empresa. Desse cenário, sucederam pedidos de revisão da dívida externa paraguaia à Eletrobrás e de revisão do preço recebido pela quantidade de energia paraguaia que é enviada ao Brasil. Isso resultou em revisões do preço da energia que o Paraguai vende ao Brasil previsto no Tratado de Itaipu, a saber, U$ 300 por GW. No ano de 1985, ocorreu a primeira revisão deste preço que alterou o fator de multiplicação para 3,5 recebido do Brasil. Desde então anualmente, o fator de multiplicação aumentava alternadamente em 0,08 e 0,16, sendo arredondado para 4 no ano de 1992. Em 2005, foi acordado que o fator de multiplicação seria 5,1. Na conclusão das negociações de 2009 e 2009, foi acordado o triplo do que era pago: 15,3. Trata-se do maior incremento no preço da energia de Itaipu. Em 2008 e 2009, aliás, a negociação tomou aspectos formais que incluíram no debate outras questões paralelas, tais como a regularização de migrantes brasileiros no território paraguaio e o problema do transporte de mercadorias ilegais na fronteira.

A utilização da água transfronteiriça pelo Brasil correspondeu a 95% da energia produzida pela Itaipu em 2008 (CORDEIRO, 2009), esse dado demonstra a imensidade da assimetria de poder e de desenvolvimento entre os estados ribeirinhos. O Paraguai, propondo o resgate de sua soberania energética, reivindicou maior participação na riqueza do recurso hídrico que dispõe. A principal reivindicação vinculada a essa soberania era a livre disponibilidade para venda da energia elétrica no mercado. Tal reivindicação foi taxativamente negada pelo Brasil ao longo de toda a negociação.

As outras reivindicações paraguaias foram mais fáceis de serem discutidas, tratavam de assuntos ligados à gestão da empresa, revisão da dívida e uma auditoria da empresa, além da construção de obras complementares. Destes, a reivindicação que foi de pronto refutada pelo Brasil tratava da dívida de Itaipu, ela previa o fim da dívida com a Eletrobrás e com o Tesouro Nacional pois já teria sido paga, o debate sobre essa questão sequer teve repercussão na mídia paraguaia, indicando a inexistência de apelo sobre o tema.

Os mecanismos de contra-hegemonia utilizados pelo Paraguai, fomentaram uma argumentação baseada na soberania hidrelétrica, a qual é um conceito político e que, por esse motivo, teria por função

[2] Somada às críticas às desvantagens entre os estados vizinhos, difundiu-se também suspeitas de corrupção na construção e operação da Itaipu nos contratos firmados pelo lado paraguaio.

ISBN: 978-85-7205-159-0

em primeiro momento de estabelecer uma consciência da expropriação das condições paraguaias e num segundo momento ser validado no nível da negociação interestatal.

Já nas negociações, o governo Lugo se valeu de ameaças de levar o caso à corte internacional para que arbitrasse sobre o conflito. Isso foi motivo para a principal tensão ao longo das negociações, porque colocaria em evidência o conflito e poria em risco a imagem brasileira na comunidade internacional, e o principal objetivo da política externa que é o assento permanente no Conselho de Segurança.

Outro dos mecanismos utilizados pelo Paraguai diz respeito às pressões ao governo Lula por dentro da esquerda. Em 2009, o presidente Lugo usou o Fórum Mundial Social como plataforma para defesa da soberania energética diante dos movimentos sociais de todo o planeta.

Já do lado brasileiro, os mecanismos de produção de subordinação, estão ligados a um discurso normativo, no qual o Brasil apontava que a disponiibilidade da energia para venda a terceiros somente seria possível com a revisão do Tratado, e isto era uma medida que abririam precedentes a revisões de todos outros Tratados dos quais o Brasil fosse Parte.

Uma das principais estratégias brasileiras está na Estratégia Nacional de Defesa, de 2008, a qual coloca no âmbito da segurança as fontes de energia renováveis e destaca a manutenção de tropas para a defesa da infraestrutura produtora de energia (p. 50).

Isso porque a energia de Itaipu abastece a região do sudeste brasileiro que é a mais importante do ponto de vista econômico para o país.

Uma visão regional

A Declaração Conjunta, produto das negociações de 2009, prevê uma "nova etapa na relação bilateral" em que a cooperação bilateral deve "fortalecer os tradicionais laços de amizade e cooperação, que permitam superar gradualmente as assimetrias entre os dois países" além de "potencializar a unidade dos interesses coletivos e contribuir para a adoção de políticas regionais que ajudem o Paraguai a superar as desvantagens comparativas" (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES, 2009, p. 259). Como resultado das negociações o Brasil comprometeu-se em construir linha de transmissão de 350 quilômetros de extensão ligando a Itaipu Binacional até Assunção sem custos ao Paraguai, entregue em 2013, obras de

ISBN: 978-85-7205-159-0

melhorias para navegação fluvial, atendeu as mais importantes reivindicações paraguaias que triplica o preço pago pelo excedente energético paraguaio produzido pela Itaipu de US$ 120 milhões para US$ 360 milhões anuais e prevê a possibilidade de abertura para o mercado, com prioridade às empresas brasileiras, a venda desta energia excedente.

Para o assessor da presidência no governo Lula sobre assuntos internacionais, Marco Aurélio GARCIA (2013), a negociação demonstrou que o Brasil busca associar o "seu destino ao destino das nações vizinhas" (p. 16), e rebate as críticas, sobretudo encabeçadas pela oposição brasileira, de que a diplomacia do governo Lula procurou a todo custo fortalecer governos cuja matriz ideológica fossem próximas. Codas (2015) atribui o resultado das negociações a três fatores: 1. a concepção brasileira de que não interessa o desenvolvimento que não é acompanhado pelos estados vizinhos; 2. Ao projeto de integração regional; 3. Às resistências regionais ao projeto neoliberal.

Na correlação de poder o Paraguai, enquanto país que faz fronteira com as duas potências regionais e que a seu ver tem sido alvo de intensa subordinação ao Brasil através do dilaceramento de sua "soberania hidrelétrica" e da marcante presença de produtores brasileiros de soja, os "brasiguaios" (CODAS, 2008), tem se aproximado dos EUA, com a implantação de base de apoio logístico-militar para monitoramento da Tríplice Fronteira com a justificativa de investigar possíveis concentrações de terroristas islâmicos na grande comunidade árabe da região. Esta aproximação pode ser um infortúnio para o MERCOSUL e exige políticas compensatórias como destinação de recursos do FOCEM, do FONPLATA e do BNDS para obras de infra-estrutura.

A integração regional a qual se compromete a diplomacia brasileira com os acordos multilaterais na América do Sul, destacando-se o MERCOSUL, a UNASUL e a IIRSA, que somados institucionalizam projetos de integração da gestão da água transfronteiriça, física, política e comercial, que criam bancos para financiar o desenvolvimento de obras de infraestrutura na região, como o FONPLATA do CIC e o FOCEM do MERCOSUL, estimulam as apreensões para a formação de uma região geopolítica na América do Sul que apresente um escopo de unificação de macro-objetivos (COSTA, 2007). Para tal, é imprescindível que no Cone Sul haja uma política para a Bacia do Prata que a integre de modo que a mantenha dessecuritizada e estável.

Pós-negociações

ISBN: 978-85-7205-159-0

Como prevê o Tratado de Itaipu, em 2023, ambos os países se sentarão novamente à mesa de negociação para tratar da hidrelétrica binacional. Ocorre que após o governo de Lugo, o Paraguai tem uma visão mais direcionada a um processo de industrialização que possibilite o seu desenvolvimento econômico e mais, o permita utilizar mais da energia elétrica que se produz.

Somado a esse plano, a aproximação aos Estados Unidos, denota uma visão de estado que busca a aliança com o agente mais poderoso conforme os interesses. Uma demonstração disso foi a contratação do escritório de economia americano Goldman Sachs, para a elaboração de um relatório sobre as possibilidades de industrialização, este relatório, emitido em 2013, indicava a necessidade de se obter melhores condições de Itaipu ainda antes da revisão prevista para 2023.

A retirada do Paraguai do MERCOSUL, após o golpe que retirou Lugo do poderm também gerou instabilidades à Itaipu, o presidente Franco, que assumiu, ameaçava interromper a venda de energia ao Brasil.

Conclusões

O resultado das negociações foi favorável ao Paraguai por conceder importantes pontos da proposta paraguaia, ainda que negando a disponibilidade livre de enrgia para venda, isto expressa o poder de barganha do estado com menos poder material na relação com o Brasil e um cenário de ação baseado na soberania territorial na hidropolítica. Por outro lado a política do Itamaraty de cooperação sul-sul aliada ao *soft power*, em acordo com a visão de política externa do Itamaraty, se expressa nos esforços de integração regional, na criação de bancos regionais de desenvolvimento da infraestrutura dos países mais pobres economicamente, como o FOCEM e a FONPLATA, numa tentativa de evitar que novos vizinhos se posicionem contrários ao assento permanente no Conselho de Segurança.

O controle e uso das águas transfronteiriças mostrou sua geopolítica com a expansão de poder da Argenitna no início do século passado, e agora demonstra a captação do recurso estratégico pelo Brasil, como parte de um projeto de desenvolvimento econômico.

Se o discurso da política externa brasileira reivindica a cooperação, na política interna o setor elétrico foi mais incisivamente planejado na gestão Lula. Isso é, trata-se de uma conjunção de integração

ISBN: 978-85-7205-159-0

elétrica que cabe aos interesses brasileiros. Nesse sentido, o controle da produção do recurso é uma característica imprescindível.

Por último, o Brasil, como estado hidro-hegemônico limitou-se a discutir aspectos não securitizados e estratégicos para a infraestrutura básica de atração de investimentos em seu território, ou seja, a disponibilidade da energia barata produzida pela Itaipu e praticamente toda aproveitada pelo Brasil.

Bibliografia

CASCÃO, Elisa. e ZEITOUN, Mark. Power, hegemony and critical hydropolitics. Em: EARLE, A.; JÄGERSKOG, A. e ÖJENDAL, J. (orgs.). Transboundary water management*:* principles and practice. London: Earthscan, p. 27-42, 2010;

COSTA, Wanderley. O Brasil e a América do Sul: Cenários geopolíticos e os desafios da integração. Revues Confins, v. 7, 2009;

ESTRATÉGIA DE DEFESA NACIONAL, Ministério da Defesa. 2008;

FOUCHER, Michel. Obsessão por Fronteiras. São Paulo: Radical Livros. 2009;

GARCIA, Marco. Paraguai, Brasil e o Mercosul. In: Revista Política Externa, v. 21 n. 3. 2013;

LIMA Antonio., NETO, Joaquim. O Setor Elétrico Brasileiro e seu Papel na Acumulação de Capital. In ANPEGE, v. 11, n. 15, 2015.

MELLO, Lionel. A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997;

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES. Declaração Conjunta. Em: Resenha de Política Exterior do Brasil. n. 105 v. 2. p. 259-263, 2009.

ISBN: 978-85-7205-159-0

RIBEIRO, Wagner, SANT'ANNA, Fernanda, VILAR, Pillar, (2013). Desafios para a cooperação internacional nas águas transfronteiriças na América do Sul. In: Ribeiro, Wagner Costa. (Org.).Conflitos e cooperação pela água na América Latina.São Paulo: PPGH/Annablume, p. 77-100.

SANTOS, Sinval. O Compartilhamento de Águas Transfronteiriças Superficiais: um subsistema da ordem ambiental internacional. In: Anais do 2º Encontro Anual da ANPPAS, Indaiatuba, ANPPAS, São Paulo, 2004;

TRAVASSOS, Mario. Projeção Continental do Brasil. Cia Editora Nacional, 1935;

ZEITOUN, Mark., WARNER, John. "Hydro-hegemony: A framework for analysis of transboundary water conflicts" Water Policy v. 8, p. 435-460. IWA Publishing, (2006);

ZEITOUN, Mark, ALLAN, John. Applying Hegemony and Power Theory to Transboundary Water Analysis. Water Policy, v.2 n2 p. 3-12. (2008).